

## CARTA ABERTA

Ex.mo Senhor

Ministro do Planeamento e das Infraestruturas

Dr. Pedro Marques

Os subscritores da presente Carta Aberta, apoiantes e simpatizantes da Plataforma Cívica Aeroporto BA6-Montijo Não, vêm contactar com V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> no intuito de chamar a atenção para as nefastas consequências que advirão para o nosso país caso V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup>, e o Governo do qual faz parte, persistam e insistam em levar por diante o eventual uso da Base Aérea do Montijo para ali ser instalado um terminal aeroportuário civil, complementar do Aeroporto Humberto Delgado.

No actual momento da conjuntura nacional entendemos chamar a atenção de V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> para um conjunto de factos que entendemos pertinentes.

Desde 1969 que são reconhecidas as limitações do aeroporto da Portela. Igualmente são consensuais as opiniões que consideram a necessidade da sua deslocalização, devidamente planeada e faseada, também em função do que já era, à altura, a previsível evolução do tráfego aéreo e da expansão da cidade de Lisboa, entre outras.

Consensual é, também, a opinião de vastos sectores da área da ciência médica e ambiental, da engenharia civil e aeronáutica, da economia, da grande maioria dos pilotos e da vida política e social de que a localização do NAL, Novo Aeroporto de Lisboa, deveria recair na Margem Sul de Lisboa.

Contudo, sucessivos adiamentos e hesitações, muitas delas fruto de interesses estranhos aos interesses do país, levaram à adopção de remendos e ao desbaratamento de recursos.

Estamos, pois, perante um problema que, não sendo novo, exige uma solução definitiva e duradoura que sirva Portugal e os interesses dos portugueses. Condição que o Montijo/BA6 nunca assegurará.

Portugal não precisa de um aeroporto complementar cujo horizonte de funcionamento e exploração ficará esgotado em meados da década de 30. Quem o diz são instituições internacionais no domínio da aeronáutica civil. Serve, exclusivamente, o interesse privado da ANA/VINCI.

A opção Portela + 1 (BA6) não corresponde ao que o país precisa nem ao que o país merece.

Por certo que V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> não desconhece que existe, desde janeiro de 2008, uma decisão do Governo da altura para que fosse construído o NAL no CTA, Campo de Tiro de Alcochete, em Canha, parte no concelho do Montijo e parte no concelho de Benavente.

Do mesmo modo que V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> não desconhece que existe uma DIA, Declaração de Impacto Ambiental, em vigor ainda, que permitiria avançar com a construção do NAL de modo faseado, conforme os estudos levados a cabo pelo LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Sabe

também V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que essa decisão governamental nunca foi, pelo menos formalmente, revogada.

Para os subscritores da presente Carta Aberta, a opção pela BA6/Montijo que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem vindo a defender é, no mínimo, incoerente e não responde a um conjunto de requisitos já que não se conhecem, publicamente, os estudos em que tal se baseia.

Não desconhece V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os riscos de natureza ambiental, de segurança das populações e do agravamento da sua saúde e do seu bem-estar. Não desconhece V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que o ruído não será, na maioria das situações, mitigável.

V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro tem, por certo, a consciência de que já hoje mais de uma centena de milhar de cidadãos estão, no caso da Portela, sujeitos e reféns de níveis de ruído muito acima do permitido por lei e por normas internacionais. Porquê então acrescentar mais cerca de 30.000 pessoas que irão ser afetadas com o uso da Base Aérea do Montijo. Tem o Senhor Ministro a consciência de que, caso avançasse o NAL no Campo de tiro de Alcochete, esse número não ultrapassaria o valor de 400 pessoas. Achará o Senhor Ministro que, se persistir com a BA6, os cidadãos vão ficar quietos e que não irão reclamar medidas de proteção das suas habitações? Quanto é que isso vai custar? Quem vai pagar? Ou não estão a pensar pagar?

Prova disso é o facto de a anterior versão do EIA, Estudo de Impacte Ambiental, lamentavelmente ausente do conhecimento público, ter sido devolvida pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente, para que não fosse assim liminarmente chumbada fazendo cair por terra a opção Montijo/BA6.

Já quanto às questões da segurança de pessoas e bens e à segurança aeronáutica tem o Senhor Ministro a perfeita consciência de que as zonas populacionais mais próximas do Montijo, concelhos do Barreiro e da Moita, vão ser as mais vulneráveis nas fases decisivas de voo das aeronaves (aterragem e descolagem) e que é nessas fases decisivas de voo que se registam o maior número de acidentes, aliás refletidos nas estatísticas mundiais e europeias?

Em pleno século XXI, com as preocupações ambientais e de descarbonização do planeta e com as alterações climáticas, Portugal deverá ser o único país no mundo onde se equaciona construir um terminal aeroportuário civil rodeado de aglomerados populacionais, sem que estes sejam sequer ouvidos.

Os subscritores estão conscientes da importância que o turismo tem para o país, mas não aceitam ser penalizados pelos atrasos e pela inércia e decisões erradas de quem tinha e tem por obrigação zelar pelo bem-estar e pela segurança das populações.

Ainda antes de lhe lançarmos alguns desafios gostaríamos, Senhor Ministro, de lhe fazer uma pergunta. Porque razão o Senhor não utiliza um procedimento, que já no passado se revelou determinante para a decisão, e que consistiu em envolver o LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para fazer o estudo comparativo entre a OTA e outra localização, estudo esse que concluiu pela localização do NAL No Campo de Tiro de Alcochete. Quem melhor pode avaliar a relação custo benefício das diferentes opções? A concessionária ANA/VINCI ou uma entidade com isenção, credibilidade e independência?

Assim, e sem prejuízo de outras eventuais atitudes que possam vir a ser tomadas, vimos lançar três desafios a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. A saber:

1 – Que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> aceite divulgar, pública e integralmente, os Estudos (Master Plan) que sustentam a opção BA6, se é que existem.

2 – Que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se digne divulgar, pública e integralmente, os custos da opção BA6/Montijo, bem como a identificação de quem paga o quê e quais os custos para o estado, sem subtrair os custos diretos, com a insonorização das habitações nos cones de ruído e indiretos, com mais uma PPP.

3 – Que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> aceite realizar um debate público, de preferência na TV em canal aberto, com representantes da Plataforma Cívica sobre as propostas e opiniões em torno desta matéria.

Estamos convictos, Dr. Pedro Marques, de que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não é a favor da opacidade e como tal será a favor da transparência.

Queremos manter a nossa convicção e, por certo, aceitará os nossos três desafios, que não são mais do que direitos que nos assistem.

Em nome das Pessoas, em nome do esclarecimento e da transparência, em nome dos mais elevados interesses do nosso País aceite os nossos

Melhores Cumprimentos